

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

DELLA CASA (Carlo). — **Il Gianismo**. Turim. 1962. 136 pp.

Não existe em nosso meio um interesse acentuado no que se refere ao conhecimento da filosofia, da literatura, a maior do mundo, das línguas e das religiões da Índia. Naturalmente um ou outro estudioso se preocupa com o estudo do Budismo. Quanto porém ao **Jainismo** o silêncio é quase completo e se alguém a êle se refere é ainda na concepção antiga, considerando-o derivado do Budismo ou confundindo-o com êle. O **Jainismo** é uma religião e uma filosofia muito interessante e não é lícito ignorá-lo dada a sua importância. O Dr. **Carlo Della Casa** é professor de sânscrito na Universidade de Turim e também ensina na Universidade de Pavia. Êle publicou vários estudos sobre o indianismo que se recomendam por várias razões. Porém um dêles chama a atenção especial — **Il Gianismo** com 136 páginas. O Prof. **Della Casa**, baseado em sólida bibliografia, focaliza os aspectos vários da religião do célebre **Jina** (VI a. C.). Êle trata da história, das fontes, da doutrina, da comunidade, do culto, das especulações filosóficas, sua relação com outras religiões e do Jainismo e o Ocidente, etc. Nesta mesma Revista publicarei um artigo — **A Religião de Jina**, cujo material principal é tirado do livro do distinto estudioso. Tenho para mim que o estudo do jovem professor de sânscrito é sobremaneira útil, instrutivo e indispensável para as pessoas que querem ter uma idéia exata e segura da religião e filosofia do Jainismo.

JORGE BERTOLASO STELLA

*

DIAS (Manuel Nunes). — **O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno**. Coimbra, 1963. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Históricos "Dr. Antônio de Vasconcelos". Volume I, 633 pp., com gravuras e mapas.

A **Revista de História** com um atraso que se compreende, quando uma omissão não se lhe perdoaria, cumpre o grato dever de focar o primeiro volume da obra universitária do Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, Livre-Docente de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo. Primeiro volume, primeiro degrau, porquanto com a tese: **O Capitalismo Monárquico Português**, abordado no período de 1415-1549, o Prof. Dr. Manuel Nunes Dias candidatou-se e obteve com distinção e louvor, em novembro de 1957, o título de Doutor em Ciências, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ocasão

em que, além de um número limitado de volumes, mimeografados e com enderêço certo, — opúsculos contendo conclusões dessa tese foram entregues ao pronunciamento das pessoas presentes à sua defesa. Nenhuma outra solução seria plausível. Quase seis anos depois, sômente o I volume de uma série de 3 da primeira tese do Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, consome 633 páginas, das quais 22 destinadas aos índices, distribuídos em: autores, nomes das gravuras e dos mapas, fora do texto, sendo duas daquelas e 4 destas. Ainda, o índice geral, abaixo transcrito na íntegra.

Como não poderia deixar de ser, tôda tese, todo trabalho sério, tem quem a apresente. Assim sendo, prefacia essa autêntica — “Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno”, — tese defendida no Brasil, pelo erudito Livre-Docente da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo, — o Prof. Dr. Torquato de Sousa Soares, catedrático de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E foi editada justamente no milenar centro de cultura das margens do Mondego, sob os auspícios do Instituto de Estudos Históricos “Dr. Antônio de Vasconcelos”, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vinculando-se à coleção publicada até a presente data. Cabe-lhe a prioridade de ser a primeira tese, a primeira obra, conhecida, de um brasileiro residente no Brasil, divulgada por aquele Instituto Universitário.

Impressão limpa, linguagem elegante sem deixar de ser precisa, familiaridade com fontes primárias básicas e secundárias, em grande parte até então inéditas, as quais além de criticadas no texto, vêm citadas em notas de rodapé, em catalogação que, dada a fecundidade, renovam-se em cada capítulo.

Exemplificando apenas com um dêles: no capítulo I, da Terceira Parte, verifica-se para 150 páginas, 392 notas de rodapé.

Uma outra lição de desprendimento revela o autor que também é, precipuamente, professor, pesquisador, responsável por trabalhos de alunos e amigos. E o faz ao apresentar, de início, a relação de 30 (trinta) abreviaturas, vinculadas aos centros de documentação que em Portugal, teve oportunidade de pesquisar e de onde trouxe à tona preciosos documentos que, parece, lá estavam sedimentados. Quanto a oportunidade desta publicação, dois aspectos constituem ponto pacífico: 1). — O tema abordado, mais ainda, a maneira com que foi abordado, deve ser considerado um roteiro a ser seguido por todos aquêles que pretendam realizar ou estejam realizando pesquisas sérias, de caráter científico, especificamente relacionadas com as ciências humanas. 2). — Constitui, outrossim, pelo ineditismo de sua publicação, um promissor início de um nôvo ângulo de intercâmbio cultural entre os centros culturais do Brasil e da antiga Metrópole.

Quanto ao autor:

“...um artesão que sempre gostou de sua tarefa”,

eis como Marc Bloch, identificando-se, identifica o historiador autêntico. Dentre êles, na linha de frente, está o Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, Livre-Docente de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Incontestavelmente um dos valores mais expressivos, mais atraentes, mais promissores da clã dos historiadores contemporâneos, brasileiros e estrangeiros. Seja sua participação ativa e efetiva em todos os Congressos e Colóquios internacionais realizados a partir de 1954, a atestar uma estimulante vivência nos centros de documentação mais expressivos. Um “**motu continuo**”, pois, graças aos recursos técnicos colocados à disposição do historiador contemporâneo, êsses instrumentos de trabalho vêm sendo transportados para sua própria tenda de artesão. Pois, em sua residência, à Rua Aspilcueta n.º 547, Alto de Pinheiros, além da biblioteca das mais especializadas, instalou uma Fílmoteca Histórica. Essa Fílmoteca, franqueada aos alunos, aos amigos, diz que aquêle que a organizou, é, precipuamente um Professor artesão.

“Artesão que ama seu ofício; que compreende seus problemas, procura abordá-los, a fim de que outros, compreendendo-o sejam capazes de amá-lo também”.

Poder-se-ia alinhar muitos dos encorajamentos com as sugestões, mesmo os roteiros que o Professor Manuel Nunes Dias, perdulária e heróicamente, vêm distribuindo a esmo a outros que êle sabe, estejam empenhados num trabalho sério. Êle próprio recriar-nos-ia, se tentássemos mencioná-los. Aqui esboçar-se-á apenas, alguns traços de sua carreira de professor, marcada com os sulcos da honestidade, da capacidade, da lealdade, por quantos foram abertos, através de concursos públicos, de provas e de títulos.

Licenciando-se em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, optou pela História ao inscrever-se no Concurso de Ingresso ao magistério Secundário e Normal Oficial do Estado, em 1949. Apesar de haver uma forte concorrência, pois os concursos não se realizaram durante longo tempo, obteve a nota máxima nas três provas públicas; prelúdio de um campeonato que ainda não terminou. Dentre as vagas existentes decidiu-se pelo Colégio Estadual e Escola Normal “Regente Feijó” da Cidade-município de Itú e, recentemente, a fim de dedicar-se apenas ao ensino superior, lotado no Colégio Estadual “Carlos Maximiliano” da Capital pediu, em caráter irrevogável, exoneração do cargo de professor efetivo do magistério secundário oficial do Estado. A carreira universitária do Prof. Nunes Dias, teve início, oficiosamente, com o convite do Prof. Dr. Eduardo d’Oliveira França, Catedrático de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Universidade de São Paulo, para ocupar o cargo de 1.º assistente da referida cadeira, logo após o concurso de ingresso no magistério secundário; isto é, em agosto de 1951.

Oficialmente, o passaporte que o introduziu no “**Campus docente**” universitário, foi a tese que estamos focando. Justifica-se

déstacar o “curto prazo” com que o Prof. Nunes apresentou esta sua primeira obra de mestre.

Nem bem havia repousado e eis o Prof. Nunes Dias equipando-se para a próxima escala: a livre-docência. Ele havia provado a água pura das fontes arquivais, aguçado a curiosidade e constatado a evidência de Capistrano de Abreu:

“a História do Brasil está quase tôda para ser feita... o que existe nos arquivos de Portugal é um Continente”.

Fato que, como é óbvio, preponderou na escolha da nova tese. Um capítulo da História do Brasil, projetando-se modestamente na História Moderna. E assim foi que com a erudita abordagem do tema: Fomento e mercantilismo: — **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão — (1755-1778)** apresentada discutida e também aprovada com distinção, em agôsto de 1960, o Prof. Dr. Manuel Nunes Dias obteve o título de Livre-Docente da Universidade de São Paulo. Consta que uma outra tese, esta que o galardoará com o título máximo que a Universidade confere, tem-na pronta, êste autêntico campeão de teses universitárias.

Cumprê esclarecer que, além de equiparar-se para êsses autênticos duelos intelectuais, a bagagem cultural do Prof. Nunes Dias traz outras etiquetas: — Artigos; Conferências; Comunicações. Quase sempre divulgados por periódicos especializados do país e do estrangeiro. Como não poderia deixar de ser o “recheio” dessas pesquisas, tôdas elas originais e positivas contribuições também à História do Brasil, foi encontrado nos arquivos os mais especializados; pois o Prof. Nunes Dias busca, prepara e elabora seus próprios instrumentos de trabalho. Não se limita a transcrever os fatos abordados. Historiador autêntico, compreende, critica, elabora, colocando problemas, sugerindo roteiros. Ele sabe, ele próprio ensina que a História não é apenas o documento. Não é apenas a inteligência do historiador.

A História é o fato (documento). A História é a idéia (inteligência). Logo, o historiador

“é aquêle que compreende e faz com que os outros compreendam”.

Não se nos afigura indiscrição revelar que as “escapadas” do Prof. Nunes Dias, para realizar imperativas pesquisas em centros de documentação, êle as realizou por conta própria, no período de férias escolares, excetuando apenas duas: a primeira viagem a Portugal, cuja realização êle próprio, com a honestidade que o individualiza, testemunha, de público, na introdução desta tese, havia sido possível graças a receptividade, a valiosa ajuda do então Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, outro historiador invulgar.

Recentemente, em 1963, recebeu ajuda de custas da O.E.A. para uma viagem de estudos a Caracas, de onde retornou, três meses

depois, com um acervo impressionante de documentos microfilmados por êle próprio. Ao mencionar as andanças do Prof. Nunes Dias, deseja-se que êsse exemplo possa servir de estímulo àquêles que, compromissados com pesquisas sérias, deixam-se abater ante os obstáculos resultantes da imensibilidade cultural que é uma constante, da parte dos dirigentes e responsáveis por esta grande terra.

Quanto à finalidade da obra: duas perspectivas. Uma nova tese elaborada e defendida por um assistente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de acôrdo com o regimento interno dêsse Instituto Universitário, cujo patrimônio cultural vêm enriquecer, identificar e ampliar. Uma outra. Focar um assunto inteiramente nôvo constitui convite para pensar e quem sabe, aventurar-se na trilha recém-aberta. E' o que parece visar o Prof. Nunes Dias nesta sua fecunda abordagem do equipamento do capitalismo moderno, ao dogmatizar que

“...Torna-se imprescindível explicar o mecanismo da acumulação de capitais. Explicar uma economia pela economia, não por uma classe ou por uma ideologia. Eis a colocação do problema — descobrir a fonte dos capitais que acionaram a eclosão do capitalismo moderno”.

E mais adiante,

“...Face ao capitalismo moderno, o problema do historiador é, ao mesmo tempo, compreender o seu sentido. E' preciso diagnosticar como se deflagrou o “processo” e seu quadro clínico, seus resultados, o destino final. Resposta a essas indagações — eis o que procuramos”.

Advertindo que

— “Dada a quase total inexistência de monografias, não é fácil um estudo dessa natureza, sem pesquisa arquivística séria, de alguns anos seguidos”.

“Certo, há um “espírito capitalista”, “espírito de empresa”, mas, note-se, não é exclusivo de judeus ou de protestantes”.

E onde se pode sentir um nôvo clarão de sua privilegiada inteligência:

“E' católico também, e de velha data, apesar das resistências canônicas. Existe, é o que se nos afigura, um enorme exagêro de ordem erudita na importância que se atribui à prática da usura. Não nos deixemos iludir, porém. O que provoca acumulação de capitais é a intensificação de tráfico e do circuito monetário, o aperfeiçoamento dos transportes, maior frequência de contactos entre mercados, a estruturação de empresas, os financiamentos, a constituição de “stocks”, as oscilações dos preços. O “espírito capitalista” dos teóricos seria nada sem capitais acumulados, altamente mobilizáveis, que são os metais e mercadorias.

Houve, não o ignoramos, um capitalismo mediterrâneo semi-senhorial, semi-burguês, pré-atlântico, com o renascimento urbano, a valorização progressiva do capital mobiliário, o afrouxamento da rigidez das corporações, a intensificação do tráfico urbano, as práticas cambiais nas feiras e outras ocorrências relativamente precoces ligadas ao sistema capitalista”.

A tônica temática dêste original trabalho parece ser a seguinte:

“Mas quem libertou essa nova ordem econômica que, amarrada ao Mediterrâneo, precisava de espaço para crescer, foi Portugal, com a conquista e exploração do Atlântico sul-africano e de ambas as costas do Índico.

Pôr em relêvo e explicar essa contribuição, ponto de partida para ulteriores investigações, foi o nosso intento ao embrenharmos nesse ínvio matagal da história econômica portuguesa, ainda quase inteiramente por explorar.

Ultimada a longa geração medieval, o capitalismo moderno hauriu no tráfico português a seiva que lhe faltava. Por isso é que o estudo de suas origens fica com base postiça, inconsistente, se não pesquisarmos as fontes portuguesas dos séculos XV e XVI, assentes na estrutura econômica do rico patrimônio afro-asiático”.

Sente-se nas linhas acima transcritas, a profundidade, a segurança, a originalidade de uma obra de mestre, cuja leitura é uma imperativa a todos aqueles que vem abordando problemas relacionados com a gênese do Capitalismo Moderno.

Uma última observação. Ou um motivo de perplexidade. Pois ao lado de tão impressionante realização, causa surpresa uma omissão. Seria mesmo omissão ou problema editorial em se tratando de um primeiro volume?

Referimo-nos à inexistência da palavra do orientador da tese. Aquêles que têm oportunidade de ler o preito de gratidão do Prof. Nunes Dias aos seus colaboradores, encontra na linha de frente o nome do Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França “orientador constante e dedicado desta tese”. No decorrer dêste primeiro volume, encontram-no citado dezoito vêzes.

Sabe-se que a própria tese do Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França, apresentada, defendida e aprovada com distinção, em 1946, abordou o tema: “**O Poder Real em Portugal e as origens do Absolutismo**”

O Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França foi o presidente da banca examinadora que, integrada também pelos professores Antônio Soares Amora, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Torquato Soares de Souza, consagrou a tese do Prof. Dr. Manuel Nunes Dias com o mais alto grau: distinção e louvor.

As razões acima enumeradas facultam admitir que a tese ora publicada, sem a chancela de Mestre França, parece ficar mutilada, incompleta. Incompleta, pois é inegável a identidade, a coerência, a linha de trabalho dêstes dois invulgares professores de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ainda mais quando a tradição parece vincular o orientador ao autor de teses publicadas.

Dir-se-ia que o fato da edição haver ocorrido em Portugal, haja outorgado prioridade ao diretor do Instituto de Estudos Históricos, da Universidade de Coimbra. Certo. Ou então reservar-se-ia o volume II ao catedrático da Universidade de São Paulo? Não se pode admitir que esta seja uma solução plausível. Duas apresen-

tações, três se necessário fôsse, mas se lhe não justifica a ausência da palavra do Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França no introito de uma obra que, pela repercussão que vem recebendo, de crítica a mais especializada, como seja a reverência do Prof. **Frédéric Mauro**, (in "Bulletin de l'Université de Toulouse". Toulouse, 1959, n.º 6 Avril-Mai-Juin), pp. 506-507):

"é um autêntico patrimônio cultural da Universidade de São Paulo e, mais especificamente da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea desse Instituto Universitário. Aquêles que, eventualmente, possam estranhar a ausência de conclusões das fontes consultadas, lembrar-se-á que, como é óbvio, encontraram-se, no término do volume segundo que está sendo impresso na mesma gráfica da Universidade de Coimbra. Ainda um terceiro volume, apenas de textos, cerca de 9 (nove) mil, todos êles abordados pelo autor, será divulgado em apêndice à tese propriamente dita".

A fim de facultar uma visão de conjunto, transcrever-se-á abaixo, tanto o plano do volume I, como também o do volume II, que ainda está sendo impresso.

Plano da tese: **O Capitalismo Monárquico Português — (1415-1549).**
(Contribuição para o estudo das origens do Capitalismo Moderno).

I Volume, 633 páginas.

Primeira Parte: — O momento Ibérico: da Reconquista à Conquista oceânica.

Capítulo I. — Mundo em crise: A Europa no século XIV.

Capítulo II. — Portugal na Crise Européia: As Revoluções de 1383-1385.

Capítulo III. — A Superação da Crise: O Atlântico e o acesso aos mercados distantes.

Segunda Parte: — Metais para o Capitalismo. A caça do ouro na África.

Capítulo I. — A Primeira Agência: Ceuta.

a). — Ceuta muçulmana; objetivos: político, militar, econômico e religioso.

b). — 1415: Ceuta Cristã.

Capítulo II. — Na vertente Atlântica: O Ouro do Tombuctú.

a). — Tombuctú, metrópole do Sudão.

b). — Ouro para o Mediterrâneo; as rotas transsaarianas.

Capítulo III. — A derivação das Rotas para o Atlântico.

a). — Na Senegâmbia: a base de Arguim.

b). — A "captura" atlântica: São Jorge da Mina.

c). — Geografia da concorrência: caravelas versus caravanas.

Capítulo IV. — Na vertente Índica: o ouro do Monomotapa.

a). — Os campos do ouro.

b). — O Islão, senhor das fontes do ouro.

c). — A procura pelo rumo do Cabo.

Capítulo V. — O Desvio das Rotas para o Mercado Indiano.

a). — Quiloa, base política dos resgates do ouro.

b). — A fronteira de Sofala.

c). — As feiras dos sertões e a penetração continental.

Terceira Parte: Metais para o Capitalismo. O tráfico do ouro.

A). — Estruturas e Mercantilismo na África Atlântica.

Capítulo I. — Etapas experimentais: Da Patrimonialidade ao Monopólio Régio.

- a). — O comércio africano, patrimônio da Corôa.
- b). — A cessão "senhorial" de patrimônio: a era do Infante D. Henrique (1419-1460).
- c). — O capitalismo particular: o arrendamento a Fernão Gomes (1469-1474).
- d). — A recuperação patrimonial pela Corôa e a prática do monopólio (1474-1549).

Capítulo II. — Os mecanismos dos Resgates e os carregamentos.

- a). — Os resgates de Arguim à Serra Leoa.
- b). — Os resgates da Mina.
- c). — O ouro Sudanês na Casa da Moeda de Lisboa.

B). — Estruturas e Mecanismos na África Índica.

Capítulo I. — Os resgates do Monomotapa.

Capítulo II. — O contrabando árabe e o policiamento português.

Capítulo III. — O destino do ouro de Sofala: a administração do Oriente e o financiamento da rota de Cambaia.

C). — O Ouro Africano em Portugal.

Capítulo . — A amoeção do ouro.

Capítulo II. — O excesso de gastos da corôa e a evasão do ouro.

ÍNDICES. — índice de autores, de nomes, de gravuras fora do texto e geral.

VOLUME II. (Que está sendo impresso, também em Coimbra).

Quarta Parte: Mercadorias para o Capitalismo: A busca das Especiarias Afro-Asiáticas.

Capítulo I. — Nas fontes das especiarias africanas: a Costa do Malagueta e o Reino de Benim.

- a). — A malagueta.
- b). — A pimenta de rabo.
- c). — Mecanismos dos resgates e carregamentos.

Capítulo II. — Nas fontes das especiarias asiáticas; a região malaio-indiana.

- a). — A pimenta — lume dos olhos do rei.
- b). — A canela, o cravo e o gengibre.
- c). — Outras drogas e especiarias.

Capítulo III. — A circulação: a rota do cabo.

- a). — A organização da rota.
- b). — Os navios: novos tipos e novas técnicas.
- c). — Carregamentos de torna-viagem e arrecadações da Casa da Índia.

Quinta Parte: Repercussões das "capturas" Atlânticas do ouro e das Especiarias.

Capítulo I. — A nova conjuntura internacional.

Capítulo II. — A "quebra" do Rialto.

Capítulo III. — Migração capitalística para o Atlântico.

Sexta Parte: A Definição do Capitalismo Monárquico.

Capítulo I. — A Casa da Índia: organismo autárquico de controle do tráfico ultramarino.

Capítulo II. — Títulos da Corôa e capitais estrangeiros na rota do Cabo.

Sétima Parte: No Mercado de Capitais da Flandres: A Casa de Antuérpia e os Metais Alemães.

- Capítulo I. — Antecedentes Medievais: a feitoria de Bruges.
a). — As relações entre Portugal e a Flandres na Idade Média.
b). — Os feitores do rei e os carregamentos.
Capítulo II. — A feitoria da Corôa em Antuérpia.
a). — Antuérpia, pórtio da Europa capitalista.
b). — A “Natio van Portugal” e o drama dos metais alemães.
c). — Os feitores do rei e os carregamentos.

Oitava Parte: Cunhagem e circulação dos metais alemães.

- Capítulo I. — A prata alemã na Casa da Moeda de Lisboa.
Capítulo II. — Os metais alemães nas rotas de Minas e do Cabo.
Capítulo III. — A crise dos metais alemães e as vicissitudes do sistema.

Nona Parte: O Malôgro do Capitalismo Monárquico.

- Capítulo I. — A falência da feitoria oficial de Antuérpia.
Capítulo II. — As contradições do sistema.

Conclusões.

Fontes e bibliografia.

Índice das ilustrações.

Índice geral.

Volume III (a ser impresso também no Instituto de Estudos Históricos “Dr. António de Vasconcelos”, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Textos.

MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES

*
* *

CARRATO (José Ferreira). — As Minas Gerais e os primórdios do Caraça. São Paulo, Companhia Editôra Nacional. Série Brasileira, vol. 317. 1963, 463 pp.

Ao terminar a leitura de “Os primórdios do Caraça”, tivemos a impressão de ter lido um ensaio e uma biografia. Embora o Autor na Introdução tivesse explicado o sentido do seu trabalho, primeiramente a “colocação horizontal e panorâmica das Minas Gerais do século XVIII”, e em seguida o “desenvolvimento historiográfico da reação religiosa do Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Serra do Caraça contra o mundo corrompido e louco das Minas setecentistas”, a impressã que nos ficou foi diversa. Vejamos:

No capítulo I, “As Minas Gerais do século do ouro”, o Autor narra desde a expedição de Fernão Dias Pais até a decadência das minas, referindo-se ao afluxo humano provocado pelas descobertas do metal precioso, aos métodos de exploração, aos sistemas de cobrança dos quintos, à administração das minas, à produção do ouro, aos costumes e cidades, cultura e sociedade. O capítulo II, “A

religião e o clero nas minas gerais setecentistas”, aborda problemas religiosos, tais como, carência de religiosidade, moral dos primeiros padres, sincretismo religioso, ausência de ordens religiosas, irmandades e ordens terceiras, a situação legal dos bispos e vigários. No capítulo III, “A Igreja mineira e sua Hierarquia do século XVIII”, temos as origens dos poderes dos reis sôbre a Igreja, em particular em Portugal, o primeiro bispo de Mariana e a estruturação da Igreja Mineira, os bispos.

O conjunto dêesses três capítulos, forma, para nós, um verdadeiro ensaio sôbre “Religião e Igreja nas Minas do século XVIII”. Ensaio de valor extraordinário pela análise imparcial da questão, pela riqueza de informações e pela eloquência de suas páginas, entre as quais destacamos a vida de Dom Frei Cipriano de São José, sexto bispo de Mariana, “um homem típico do seu tempo”, “um filho do século das luzes”.

Os capítulos que se seguem é o que nos levou a encarar a obra sob aquêles dois aspectos: ensaio e biografia. O IV, “A crise dos costumes no século I”, parece-nos, na realidade, a introdução ao tema que o Autor se propôs a estudar. Com êle, prepara-se o campo para a colocação do Homem, o Irmão Lourenço. A análise do período é feita de maneira magistral, oferecendo ao leitor um panorama da sociedade mineira do século XVIII, como ainda não se fizera, documentada por exemplos que caracterizam bem a corrupção e a sensualidade provocadas pela opulência de uma época, pela sociedade que se altera com ascensões e quedas financeiras bruscas, assim como pelas influências culturais, sobretudo religiosas, do contacto entre o mineiro arrivista e o negro escravo.

Após esta análise, que poderíamos chamar de “casa grande e senzala das minas”, o Autor indica o rumo que seguirá com o capítulo V, “Eremitas e Santuários”. Verificamos o quanto os costumes de uma época podem afetar alguns homens que, ou se retiram da vida mundana fugindo aos prazeres ou se aproveitam das circunstâncias para fazerem-se eremitas, com a finalidade de esmolar para não trabalhar. Neste capítulo são também estudados os primeiros agrupamentos eremíticos, como o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Macaubas, Casa da Oração do Vale de Lágrimas e a Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinho.

O capítulo VI, “A serra do Caraça”, é a apresentação do cenário geográfico. Descrição detalhada da formação geológica da serra, sua cobertura vegetal, sua fauna, etc. Apresentando o cenário, o Autor justifica sua escolha pelo Irmão Lourenço para o seu recolhimento.

Estudado o **back-ground** sócio-econômico e geográfico, o Autor apresenta no capítulo VII, “O Irmão Lourenço de Nossa Senhora”. A vida desta personagem esquivava para a História recebe novas luzes e, graças a uma análise fria dos documentos, recorrendo à perspicácia indispensável ao historiador, consegue o Autor preencher as lacunas da documentação, refazendo na medida do possível, a bio-

grafia e a obra do Homem. Consideramos, sob o aspecto da técnica, este capítulo como o climax do trabalho.

O capítulo VIII, "O Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens", focaliza a obra do Irmão Lourenço como construtor e organizador da Instituição. A análise dos hábitos da casa é uma contribuição valiosa para o estudo da sociedade brasileira. No estudo da construção do Hospício, o Autor lança algumas luzes para a vida e a obra do mestre Manuel da Costa Ataíde.

No capítulo IX, "A Irmandade de Nossa Senhora Mãe dos Homens", são destacados os esforços do Irmão Lourenço no sentido de transformar sua Instituição num "ativo centro de ação missionária e devocional, para a conversão dos povos das Minas Gerais". É necessário lembrar que o apogeu das atividades da Casa coincide com as crises do ouro a partir de 1760 e, sobretudo, nas duas últimas décadas do século XVIII, quando os homens assolados pela miséria e pestes buscam refúgio em Deus.

Os últimos anos de vida do Irmão Lourenço são focalizados no capítulo X, "O fim do Irmão Lourenço e o ocaso de sua obra". É quando o povo das minas começa a falar d'ele com a auréola de santidade e surgem de sua vida versões em que se insinuam milagres. Atormentado com o destino de sua obra, endereça ao Príncipe Regente Dom João o primeiro requerimento solicitando a vinda de frades para o Hospício (1801 ou 1802). Este primeiro requerimento ficará sem resposta assim como o segundo (1805) e o terceiro (1808). Destacamos deste capítulo o estudo da área geográfica coberta pelos irmãos para o recolhimento das esmolas e que o Autor apresenta em forma de parêntese, para explicar uma das causas da decadência econômica do Hospício.

Lamentamos apenas que este aspecto tivesse sido apresentado como parênteses, pois cremos que talvez merecesse maior profundidade e aplicação de gráficos e cartografia.

As últimas páginas dessa grande biografia são dedicadas aos últimos dias do Irmão Lourenço e a uma análise psicológica em que o Homem é "julgado", destacando-se suas qualidades espirituais e suas falhas temporais como administrador. Sombrios e pungentes são os quadros finais, em que o eremita nonagenário "desinteressado e desestimulado pela ausência de colaboração" cai "naquele ramerrão dos longos dias de solidão e do trópico".

"Pobre Irmão Lourenço! Naqueles derradeiros dias, o Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens é uma casa de fome". Para ele, felizmente, a cegueira impede contemplar o ocaso de sua obra.

Pelo último parágrafo do capítulo o Autor deixa perceber que a obra do eremita não se desfaz e reviveria para "germinar logo depois e as searas produziriam centos de frutos por um".

Deixamos aqui os nossos votos para que o Dr. José Ferreira Carrato continui as suas pesquisas sobre a segunda fase do Caraça, já no século XIX, e nos premeie com o segundo volume de sua obra.

VIRGÍLIO NOYA PINTO

*
* * *

LINS (Ivan). — **História do Positivismo no Brasil**. Editôra Nacional, São Paulo, 1964.

Ivan Lins acaba de publicar um valioso estudo acêrca das influências do positivismo em nossa terra. O livro é uma importante contribuição para a história das idéias no Brasil, fruto de muitos anos de uma paciente pesquisa. O Autor mostra-nos o positivismo na sua expressão ortodoxa, falha e paradoxal, e assinala também a expressão difusa do pensamento positivo, que teve, talvez, mais decisiva e real influência entre os intelectuais brasileiros da segunda metade do século passado.

A filosofia positiva, herdeira do pensamento científico do século XVII, que assistiu ao nascimento de uma ciência nova, floresceu no século XIX. E aí, a síntese de Augusto Comte, que, no dizer de Brunschvicg, é como que a orquestração de duas teses contraditórias, tem notável papel no devir da filosofia. Resultado do próprio desenvolvimento do nôvo espírito da ciência, o positivismo anunciou-se como um **novissimum organon** de um nôvo momento da inteligência humana, e a tal ponto que Comte e alguns dos seus discípulos julgaram ver no sistema que êle criara e que os outros seguiam, uma nova espécie de **filosofia perene**, verdadeira **Suma da sabedoria moderna**. Larga enciclopédia do conhecimento científico, assim como da moral e da política, graças à introdução da sociologia no bôjo de sua vasta síntese, a doutrina de Comte, considerada por muitos como verdadeiro via da **regeneração filosófica e políftsa da humanidade**, estava destinada, no momento em que apareceu, a atrair a atenção de alguns brasileiros cultos.

O mundo ocidental foi sede, desde o início do século XIX, de profundas transformações do pensamento social, conseqüentes a modificações da vida econômica. O positivismo traduziu diferentes aspectos dessas alterações e era natural, em país tão ligado à cultura européia como é o nosso, que viesse também a ter ressonância entre nós.

Assim, o positivismo foi parte, e talvez a mais importante, da-quele **bando de idéias** novas a que Silvio Romero fazia referência ao prefaciá o livro de Tobias Barreto, os **Vários Escritos**. O decênio que vai de 1868 a 1878 foi para a nossa vida espiritual, escrevia o crítico sergipano, o mais notável do século XIX. Até então: “nada havia sofrido nestas plagas o mais leve abalo: a filosofia espiritualista e católica” que constituira até então o fundamento ideológico do país, não sofrera “a mais insignificante oposição”. Essa remanescosa atmosfera intelectual iria ser agora transformada e novas idéias agitariam o Brasil, dando-lhe outras diretrizes de pensamento e de ação. E a mais importante delas foi, por certo, o positivismo.

Cada vez mais, e com maior intensidade, o pensamento positivo teria repercussão nas escolas, na imprensa, e até, como mostra Ivan Lins, no parlamento, onde a doutrina foi rudemente combatida como perigosa à ordem social e política então reinante.

A filosofia de Comte, “**síntese universal que englobava a totalidade dos aspectos humanos**”, e que no dizer do próprio Comte — “fornecia a **tôdas** as questões, tanto intelectuais quanto sociais **respostas sempre decisivas e plenamente concordantes**, de modo a poder **imediatamente dirigir a conduta privada e pública**”, estava destinada, em virtude do seu dogmatismo pragmático, a ser, como observa Ivan Lins, altamente sedutora, mas para uma elite que não possuía — e que não possuiu até bem mais tarde — tradições sólidas de cultura intelectual e filosófica. A nossa tradição colonial de cultura atraía-nos para a erudição, para a glosa, quando não para o simples armazenamento de conhecimentos. E por ser uma filosofia enciclopédica das ciências, da história e da política, a obra de Comte veio substituir o desgastado ecletismo até aquela data dominante na elite intelectual brasileira. O positivismo representou, assim, naquele momento, um primeiro ensaio ingênuo e perplexo de espírito crítico.

Assim, como se poderá verificar pela leitura do livro de Ivan Lins, o que na filosofia de Augusto Comte é insuficiência, cêdo se revelaria entre nós como virtude...

A idéia, dizia Alain em um dos seus **Propos**, não é o que nos atrai, mas o que nos impele. Ela nunca é suficiente; pela sua insuficiência ela nos lança a outra idéia e assim, sem cessar.

Na personalidade do sistematizador do positivismo, apesar de declarações suas em contrário, como as que se encontram em uma carta ao Dr. Audiffrent, a noção de insuficiência das idéias parece ser, porém, bem frágil. Além disso, no positivismo, expressão triunfante e eufórica da ciência do século XIX, apesar dos seus protestos de relativismo, não é difícil perceber certa suficiência sentenciosa. Daí haver Comte marcado um bom número dos seus discípulos com esse cunho dogmático, onde não aflora a dúvida, como, por exemplo naqueles homens admiráveis, por tantos outros motivos, como foram os chefes do **Apostolado**.

E' com razão, pois, que diz Ivan Lins, na VI parte de seu livro: muitos dos adeptos de Comte “extremaram-se, e por vêzes deixaram-se arrastar a excessos de zêlo, num estado de exaltação que os alienava das realidades sociais e políticas do seu meio e do seu tempo”. Atribui o autor, ao “verdor da mocidade” dos dois chefes do **Apostolado**, assim como ao desconhecimento da correspondência do Mestre, a exaltação religiosa que, sobretudo, caracterizou um dêles, Teixeira Mendes. Êste “ufanava-se de ser **apenas um eco do pensamento do filósofo**, não admitindo a menor tergiversação quanto aos dog-

mas do **Sistema de Política Positiva**, mesmo quando tudo indicasse que o próprio Augusto Comte não hesitaria em revê-los e corrigi-los”...

Dêste modo, como observa Vivaldo Coaracy, o positivismo de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes, pela sua intransigência e intolerância, que atingia as raias do fanatismo, mais prejudicou do que serviu a causa, não apenas do positivismo como também do progresso da filosofia positiva. O Dr. Georges Audiffrent referindo-se aos discípulos brasileiros, seguidores da estrita observância à letra da doutrina comtiana, assim se expressava: “era preciso possuisse o positivismo um dorso de aço para ressitir às vergastada de ridículo a que o submetiam os seus adeptos brasileiros”...

Não adianta, portanto que, dez ou pouco mais de dez anos depois de iniciada a propaganda positivista no Brasil, o entusiasmo pelas idéias de Augusto Comte arrefecesse, estivesse a passar, como reconhecia Miguel Lemos.

A influência do positivismo no Brasil teve o seu momento, efêmero é certo, mas sugestivo e fecundo, como costumam ser os momentos de ruptura. As idéias de Augusto Comte são devidos os progressos de uma concepção mais objetiva, mais “científica” da própria filosofia. O positivismo abriu novas perspectivas ao nosso pensamento e criou, em muitas inteligências, outros e novos hábitos mentais. Enquanto outras doutrinas se nos afiguram não haverem passado de meros jogos intelectuais, de ornamento erudito de elites curiosas, do positivismo nos fica a impressão que êle penetrou mais fundo, que não foi diversão ou ornamento.

“Em qualquer parte que encontremos o homem, êste estranho animal, escrevia Jean-Richard Bloch, qualquer que seja a côr de sua pele, quaisquer que sejam a latitude e o clima, nós o surpreendemos, apesar das aparências contrárias, ocupado com um pensamento, obcecado por uma tarefa e por uma paixão. Através dos acidentes da vida, êle formula a questão fundamental do seu destino: Que ser sou eu? Que faço na terra? Qual a minha razão de ser?” Esta é a tarefa da filosofia, a faina de um perene filosofar que não se confunde com nenhuma filosofia perene.

A filosofia de tendência positiva, fruto do progresso da razão, também tenta dar resposta a estas questões e, pouco a pouco, mas sempre de maneira mais concreta, nos aproxima de relações mais exatas e adequadas à problemática que se encontra nas interrogações de Jean-Richard Bloch.

O positivismo de Augusto Comte expressou uma das tendências características do século passado. Foi um momento histórico da cultura humana. Mas a história é irreversível.

Continuará o positivismo? Sim, continuará como um rico e fecundo momento que foi do fluir da história da inteligência humana, do mesmo modo que na nossa cultura continuam o platonismo, o aristotelismo, o tomismo, o cartesianismo, o hegelianismo — sistemas de idéias nos quais se resumem tentativas de resposta ao problema do Universo e do Homem.

Por isso mesmo é de grande interesse conhecer como os nossos homens de pensamento do passado consideraram a grande construção de Augusto Comte.

O livro de Ivan Lins é, como se verá, um rico panorama da história do positivismo no Brasil, assunto em que o Autor é mestre. E, como de início já disse, é uma importante contribuição para a compreensão de uma fase, das mais interessantes, de nossa vida intelectual.

J. CRUZ COSTA

*
* *

CARDOSO (Efraim). — El Paraguay Colonial. Las raices de la nacionalidad. Prólogo de Justo Pastor Benitez. Ediciones Nizza. Buenos Aires-Assunción, 1959. Brochura. 229 páginas.

Obra dividida em seis capítulos, acompanhados de um prólogo e um curto epílogo.

A divisão em capítulos segue a seguintes disposição:

Capítulo I — A Raiz Geográfica. II — A Raiz Humana. III — A Raiz Econômica. IV — A Raiz Católica. V — A Raiz Libertadora. VI — A Raiz heróica.

Como indica a divisão da obra, o autor procura mostrar o Paraguai Colonial, partindo da análise dos fatores básicos que entraram na formação daquela nação. Apesar da divisão aparentemente rígida, os capítulos não são estanques havendo um natural entrosamento entre os vários fatores históricos estudados nos diversos capítulos.

Salta-nos logo à vista, o profundo conhecimento do autor sobre a documentação e bibliografia referentes à história do Paraguai; cada página do autor está acompanhada de profusa e renovada citação documental e bibliográfica.

A história que nos apresenta a autor é mais a história da formação social de um povo. No dizer de Justo Pastor Benitez, há uma dialética hegeliana dinâmica naquela história, isto é, há uma bivalência dinâmica, uma luta entre dois fatores fundamentais na formação do povo paraguaio. Luta entre o etnográfico e o geográfico. São dois fatores que procuram dominar-se mutuamente. Dessa luta há uma resultante que é a História do Paraguai. Para o autor a história do Paraguai é apenas a luta titânica de um povo para formar uma nação. Tudo o mais desaparece numa luta pela sobrevivência. O que explica de uma certa maneira o atraso intelectual e a falta de maturidade política que notamos no desenvolver da história daquele povo.

O autor é um dos mais abalisados estudiosos que, dentro da historiografia paraguaia, defende a idéia da continuidade histórica entre o período colonial e o independente. Para êle o período independente tem suas raízes profundas nas primeiras "capitulações" de Carlos V e nas missões jesuíticas que são grandemente responsáveis pela formação da nacionalidade paraguaia. Assim é que para o autor

o fator importante que entrou de maneira aglutinante na formação da nação paraguaia foi a religião, sendo que a “economia no fue fator determinante de su historia”.

Partindo daquelas premissas o autor procura provar que a religião no Paraguai tem duas raízes: a teogônica guarani e a teológica jesuítica. O colonizador espanhol vinha para a América impregnado das idéias de Santo Agostinho e de Santo Tomás de Aquino que punha nas ações do homem a finalidade última que era chegar a Deus, era a busca da “Cidade de Deus”. O guarani, por sua vez, tem como ideal a busca da “Cidade Resplandesciente” ou “Terra sem Mal”, uma espécie de paraíso terrestre. Portanto ambas as religiões entrosavam-se facilmente, uma vez que ambas tinham um fim messiânico. É assim que a fusão destas duas culturas é que vai dar impulso para que o homem paraguaio, apesar dos reveses e das dificuldades, continui na sua luta sem esmorecimentos em busca da afirmação nacional.

Outro fator importante, a nosso ver, é que o autor destaca na sua obra a bi-polaridade do guarani semelhante a bi-polaridade do espanhol, isto é, as duas tendências opostas que lutam entre si no homem espanhol. O homem que tende indeciso de um polo ao outro, tende da valentia temerária e cruel ao misticismo caritativo e estremado. O guarani mostrou na colonização esta bi-polaridade. Ora é o altivo guarani que enfrenta o colonizador ou coopera com êle no desbravamento heróico da selva, ora é o povo dócil que “habria de postrarse manso y pacifico a los pies de los jesuitas”.

O autor vê a multiplicidade de contradições e tendências opostas que marcam a história do povo paraguaio como uma conseqüência da multiplicidade de elementos que compuseram sua formação racial, de um lado os elementos componentes do homem ibérico, e de outro a composição racial do guarani: “los elementos genéticos y culturales que concurrieron a la formación de la raza paraguaya arrastraron en su curso inicial pugnacidades tremendas”.

Estas são nas suas linhas gerais a teoria fundamental em torno da qual gira a obra do autor, riquíssima em conclusões profundas sobre a formação do povo paraguaio.

Caracteriza a obra, quanto à forma, um certo rebuscamento que às vezes atinge o poético fazendo-nos lembrar muito o estilo barroco colonial, onde às vezes a estrutura quase desaparece recoberta de belísimos efeitos decorativos.

“El Paraguay Colonial”, do professor de História do Paraguai da Universidade de Assunción, Efraim Cardoso, é uma obra fundamental, absolutamente indispensável ao estudioso da História da América, tanto pelas novas teorias e idéias que traz. Ela vêm esclarecer inúmeros problemas até então obscuros, como também, é excelente pela profusa e especializadíssima bibliografia e indicação de fontes documentais referentes a todos os períodos e fatores componentes do período colonial da História do Paraguai.

VIVALDO W. F. DAGLIONE